



INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA - IFRR

**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA**

Helen Susannah Freitas de Lima

**INCLUSÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM OLHAR
SOBRE O ESTUDANTE QUE TRABALHA**

Boa Vista

2026

Helen Susannah Freitas de Lima

**INCLUSÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM OLHAR
SOBRE O ESTUDANTE QUE TRABALHA**

Trabalho de Conclusão de Curso: Relatório de Formação apresentado ao Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a) Roberto Diniz

Boa Vista

2026

RESUMO

A realidade educacional brasileira é marcada por desafios que ultrapassam o acesso à escola, envolvendo, sobretudo, a permanência e a conclusão dos estudos. Nesse contexto, destaca-se o estudante trabalhador, que frequentemente precisa ingressar precocemente no mercado de trabalho e conciliar as exigências profissionais com a trajetória escolar, enfrentando dificuldades relacionadas à dupla jornada e, em alguns casos, a práticas educativas pouco articuladas à sua realidade social e profissional. Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar de que maneira a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pode contribuir para a inclusão escolar e para a permanência dos estudantes, especialmente daqueles que conciliam trabalho e estudos. Por meio de pesquisa bibliográfica, discutem-se as contribuições da articulação entre teoria e prática, da contextualização dos conhecimentos e da valorização dos saberes e experiências dos estudantes para a construção de aprendizagens mais significativas. Os resultados da discussão indicam que a EPT apresenta potencial para favorecer a permanência escolar ao articular formação profissional, conhecimentos científicos e preparação para o exercício da cidadania, tornando o processo educativo mais próximo das necessidades e das experiências do estudante trabalhador. Conclui-se que, quando associada a práticas pedagógicas inclusivas e a políticas institucionais de apoio, a EPT pode constituir-se como importante estratégia de enfrentamento da evasão escolar e de promoção da inclusão e do êxito estudantil.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Inclusão Escolar; Permanência Estudantil; Estudante Trabalhador; Evasão Escolar.

ABSTRACT

The Brazilian educational reality is marked by challenges that go beyond access to school, particularly involving students' retention and completion of their studies. In this context, working students stand out, as they often need to enter the labor market at an early age and reconcile professional demands with their educational trajectory, facing difficulties related to a double workload and, in some cases, educational practices that are insufficiently connected to their social and professional reality. In view of this scenario, this study aims to analyze how Vocational and Technological Education (VTE) can contribute to school inclusion and student retention, especially among those who combine work and studies. Through a bibliographic study, it discusses the contributions of integrating theory and practice, contextualizing knowledge, and valuing students' knowledge and experiences to the development of more meaningful learning. The discussion indicates that VTE has the potential to promote student retention by integrating professional training, scientific knowledge, and preparation for citizenship, bringing the educational process closer to the needs and experiences of working students. It is concluded that, when combined with inclusive pedagogical practices and institutional support policies, VTE can constitute an important strategy for addressing school dropout and promoting inclusion and student success.

Keywords: Vocational and Technological Education; School Inclusion; Student Retention; Working Student; School Dropout.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Trajetória Formativa	3
1.2 Problema de Pesquisa	5
1.3 Objetivos	6
1.3.1 Objetivo Geral	
1.3.2 Objetivos Específicos	
2. DESENVOLVIMENTO	8
2.1 Relação entre a Formação no Curso e o Objeto da Pesquisa	9
2.2 Referencial Teórico	12
2.2.1 A Educação Profissional e Tecnológica no Contexto Brasileiro	
2.2.2 O Perfil e os Desafios do Estudante Trabalhador	
2.2.3 Inclusão e Permanência como Direitos Educacionais	
2.3 Metodologia	20
2.4 Apresentação e Análise dos Resultados	22
3. CONCLUSÃO	26
3.1 Limitações da Pesquisa	28
3.2 Sugestões para Novos Estudos	29
4. PLANO DE AÇÃO	30
4.1 Apresentação da Proposta	31
4.2 Objetivos da Intervenção	32
4.3 Estratégias e Ações Propostas	33
4.4 Resultados Esperados	35
REFERÊNCIAS	31

1. Introdução

A educação é reconhecida como um direito fundamental e um instrumento essencial para a promoção da cidadania, redução das desigualdades sociais e desenvolvimento econômico do país (BRASIL, 1996; SAVIANI, 2018). No entanto, a realidade educacional brasileira ainda apresenta desafios significativos, especialmente no que se refere ao acesso e, principalmente, à permanência dos jovens e adultos que precisam ingressar precocemente no mercado de trabalho para garantir a sua subsistência e de suas famílias (IBGE, 2022).

Nesse contexto, o estudante trabalhador enfrenta o ônus da dupla jornada, conciliando as exigências físicas e mentais do emprego com os compromissos acadêmicos (FRIGOTTO, 2010). Muitas vezes, a educação ofertada não dialoga com a sua realidade, tornando-se abstrata e descontextualizada, o que contribui diretamente para a evasão escolar (KUENZER, 2014). Diante desse cenário, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) surge como uma alternativa paradigmática, capaz de integrar formação geral e qualificação para o trabalho, tornando-se um espaço privilegiado de inclusão e continuidade dos estudos (RAMOS, 2018).

Diante do exposto, entende-se que a Educação Profissional e Tecnológica não deve ser vista apenas como uma forma de "treinamento" para o mercado, mas sim como uma estratégia de humanização e valorização do saber. Ao conectar a teoria com a prática e a realidade vivida pelo aluno, a EPT democratiza o conhecimento e dá sentido ao aprendizado. É inegável que investir nessa modalidade é investir em uma educação mais justa, que respeita o tempo e a história de vida do cidadão, transformando o ambiente escolar em um lugar de pertencimento e crescimento mútuo.

Questão problematizadora

Questão central: De que forma a Educação Profissional e Tecnológica pode estruturar estratégias de gestão e práticas pedagógicas que assegurem a inclusão e a permanência do estudante trabalhador?

Subquestões

1. Quais são os principais desafios que os estudantes que trabalham enfrentam para acessar, acompanhar e concluir cursos de Educação Profissional?
2. De que forma a jornada de trabalho e as condições laborais influenciam o desempenho escolar, a frequência e a permanência desses alunos na instituição de ensino?
3. Quais estratégias pedagógicas e organizacionais as instituições de Educação Profissional

podem adotar para atender às necessidades específicas dos estudantes trabalhadores?

4. Como as políticas públicas e a legislação vigente garantem o direito à educação e apoiam a permanência dos alunos que exercem atividade laboral?
5. Qual é a percepção dos próprios estudantes trabalhadores sobre as dificuldades vividas e sobre o suporte recebido da escola e do mercado de trabalho?
6. De que maneira a articulação entre escola, empresas e organizações da sociedade civil pode contribuir para reduzir a evasão e promover a inclusão desses estudantes?
7. Quais diferenças existem nas condições de permanência entre estudantes que trabalham formalmente e os que exercem trabalho informal ou precário?

Objetivos Geral

Analisar os processos de inclusão e permanência de estudantes que trabalham na Educação Profissional, identificando os desafios, as condições que interferem em sua trajetória escolar e as possíveis estratégias e ações que podem favorecer seu acesso, desenvolvimento e conclusão dos cursos.

Específicos:

1. Identificar os principais desafios enfrentados pelos estudantes que trabalham para acessar, acompanhar e concluir cursos da Educação Profissional.
2. Analisar como a jornada de trabalho, as condições laborais e o tipo de vínculo empregatício influenciam o desempenho, a frequência e a permanência desses alunos.
3. Verificar quais estratégias pedagógicas, administrativas e de suporte são desenvolvidas pelas instituições para atender às necessidades específicas desse público.
4. Investigar como as políticas públicas e a legislação vigente orientam e garantem o direito à educação e o suporte à permanência dos estudantes trabalhadores.
5. Compreender a percepção dos próprios estudantes sobre as dificuldades vivenciadas, o apoio recebido e as expectativas em relação à formação profissional.
6. Avaliar a articulação entre instituições de ensino, empresas e organizações, e como essa parceria pode contribuir para reduzir a evasão e fortalecer a inclusão escolar.
7. Comparar as condições e possibilidades de permanência entre estudantes com trabalho formal, informal ou em situação de precariedade.

Justificativa

A discussão sobre inclusão e permanência na Educação Profissional, com foco especial no estudante que trabalha, se torna fundamental diante do cenário educacional e social brasileiro,

onde uma parcela significativa dos alunos precisa conciliar a formação escolar com o exercício de atividade laboral — seja por necessidade econômica, seja pela busca de qualificação para o mercado de trabalho. Conforme Frigotto, Ciavata e Ramos (2014, p. 65), “a educação de trabalhadores no Brasil é um direito que não se completa, pois ainda é marcada por desigualdades que dificultam o acesso e a continuidade dos estudos”, revelando que essa realidade traz desafios específicos que, se não compreendidos e enfrentados, contribuem para altos índices de evasão, abandono e insucesso escolar, ferindo o princípio constitucional da educação como direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988) .

Do ponto de vista social, estudar essa temática é relevante porque a Educação Profissional desempenha papel central na formação de cidadãos qualificados, na inserção produtiva e na redução das desigualdades sociais. Para Kuenzer (2002, p. 19), “a educação profissional deve ser compreendida como um espaço de formação humana, que articula trabalho, ciência e cultura, e que precisa atender às necessidades reais dos sujeitos que a frequentam”. Para o aluno que trabalha, a formação técnica ou profissionalizante representa uma oportunidade de melhoria de renda e de condições de vida; contudo, a sobreposição de jornadas, a fadiga, a falta de tempo para estudos e a rigidez das estruturas escolares muitas vezes transformam esse direito em um desafio difícil de ser vencido. Mantoan (2006, p. 15) reforça que “inclusão não é apenas colocar o aluno na escola, mas garantir que ele permaneça, aprenda e tenha sucesso, adaptando a instituição às suas necessidades, e não o contrário”. Compreender essas barreiras é essencial para garantir que a educação cumpra sua função inclusiva e não se torne um privilégio apenas para quem tem condições de se dedicar exclusivamente aos estudos.

Do ponto de vista institucional e pedagógico, a pesquisa se justifica pela necessidade de repensar as práticas, as normas e as estratégias adotadas pelas instituições de ensino. Muitas vezes, as estruturas curriculares, os horários e os métodos de ensino são pensados para um perfil de aluno idealizado, que não corresponde à realidade de quem já atua no mercado de trabalho. Como destacam Santos e Paulino (2006, p. 12), “inclusão é um processo contínuo de luta contra as exclusões, que exige transformação das estruturas, das práticas e das mentalidades dentro da escola”. Investigar como essas instituições recebem, atendem e apoiam esse público permite identificar lacunas, mas também experiências bem-sucedidas que podem ser replicadas, contribuindo para a construção de uma educação mais flexível, adaptada e eficaz, alinhada ao que prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) .

Além disso, há uma relevância legal e política: existem dispositivos legais e políticas públicas que garantem o direito à educação e estabelecem diretrizes para a Educação

Profissional, mas sua aplicação prática ainda apresenta limitações. Enguita (1989, p. 42) defende que “a relação entre trabalho e educação não pode ser tratada de forma separada nas políticas públicas; é necessário articular normas, instituições e ações que reconheçam e apoiem quem exerce ambas as atividades”. Analisar como essas normas são efetivadas, quais obstáculos existem e como a articulação entre escola, empresas e poder público pode ser fortalecida traz subsídios para o aprimoramento de políticas, programas e ações que promovam, de fato, a inclusão e a permanência desses estudantes. Por fim, essa investigação também tem valor acadêmico, pois contribui para ampliar o conhecimento sobre a relação entre trabalho e educação, tema que, conforme Saviani (2007, p. 28), “é central para compreender a educação brasileira, mas ainda demanda aprofundamento, especialmente sob a perspectiva da permanência e da qualidade da formação para os que trabalham”.

Os resultados obtidos poderão servir de base para novas pesquisas, bem como para gestores, educadores e formuladores de políticas, oferecendo dados e reflexões que auxiliem na construção de um sistema educacional mais justo, igualitário e capaz de atender às necessidades reais dos seus alunos.

2. Desenvolvimento

No desenvolvimento deste trabalho, são apresentados os referenciais teóricos, os procedimentos metodológicos e as discussões pertinentes ao tema proposto, sempre buscando interligar o conhecimento acadêmico à realidade do aluno trabalhador, proporcionando uma análise crítica e contextualizada.

1. TRAJETÓRIA FORMATIVA E ARTICULAÇÃO COM O CURSO

A construção desta investigação não se deu de forma isolada do percurso acadêmico; pelo contrário, ela é o resultado direto e orgânico das aprendizagens construídas ao longo do curso de Gestão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Ao longo dos três módulos, as diferentes unidades temáticas proporcionaram uma visão ampla e crítica sobre o papel e a importância da educação profissional no cenário brasileiro.

No decorrer das disciplinas, pude aprofundar o entendimento sobre a estrutura e organização da EPT, compreendendo que esta modalidade não se resume meramente à preparação técnica para o mercado de trabalho, mas configura-se como um espaço privilegiado de formação humana integral. As discussões acerca das políticas educacionais, gestão escolar e planejamento estratégico foram fundamentais para que eu entendesse como a instituição de ensino funciona enquanto organização social e de que forma suas práticas pedagógicas e administrativas podem acolher ou excluir o educando.

Especificamente sobre o objeto desta pesquisa, os estudos dedicados ao processo de ensino-aprendizagem e às dimensões da docência mostraram-se essenciais. Compreendi que o profissional que atua na EPT precisa assumir o papel de gestor do conhecimento, capaz de conectar a teoria à prática, tornando o saber significativo e relevante para a realidade do aluno.

Essa compreensão foi crucial para analisar como a metodologia da EPT contribui para que o estudante trabalhador se sinta valorizado e motivado a permanecer, vendo na escola um espaço que reconhece, respeita e integra a sua experiência de vida e de trabalho. Dessa forma, a base teórica e prática construída ao longo do curso me forneceu ferramentas conceituais sólidas para investigar o problema da evasão e da permanência, permitindo propor reflexões que vão além da simples descrição factual, buscando entender as causas e apontar soluções dentro de uma perspectiva crítica e transformadora de gestão educacional.

Conforme Gil (2019), o desenvolvimento do trabalho científico consiste na exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado, permitindo que o leitor acompanhe a linha de raciocínio e a construção dos argumentos. Dessa forma, este capítulo articula o conhecimento produzido ao longo da formação com os desafios vivenciados pelo estudante trabalhador, buscando compreender de que maneira a gestão educacional pode contribuir para a sua permanência e sucesso formativo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção dedica-se à fundamentação teórica que sustenta a pesquisa, apoiando-se em autores referenciados na área educacional e na legislação vigente. O intuito é compreender as dimensões que envolvem a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a realidade do educando que exerce atividade laboral.

2.1 A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Contexto Brasileiro e a Rede Federal

A Educação Profissional e Tecnológica, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e na Lei nº 11.892/2008, configura-se como uma modalidade de ensino que visa à preparação e ao desenvolvimento de competências para a vida produtiva, articulando-se com diferentes níveis e formas de educação. No cenário educacional brasileiro, a criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) representam um marco na interiorização e democratização do ensino técnico. Ao ofertar cursos integrados, subsequentes, PROEJA e graduações tecnológicas, essas instituições materializam uma proposta pedagógica diferenciada, voltada tanto para o desenvolvimento socioeconômico regional quanto para a inclusão de classes historicamente marginalizadas.

No entanto, para além da previsão legal e do desenho institucional dos Institutos Federais, a identidade da EPT no Brasil é marcada por uma disputa histórica entre a formação meramente instrumental e a formação humana integral. Nesse sentido, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) destacam que a superação dessa dicotomia ocorre por meio do princípio da formação integrada. Os autores argumentam que a integração consiste na unidade indissociável entre o conhecimento científico-cultural historicamente acumulado e o saber tecnológico específico da formação profissional. Essa concepção visa romper explicitamente com a dualidade estrutural da educação brasileira, que historicamente destinou a propedêutica (o pensar) às elites e o ensino técnico (o fazer) às classes trabalhadoras. Para o estudante trabalhador que ingressa na Rede Federal, a formação integrada representa o direito de não ser apenas treinado para operar demandas imediatas do mercado, mas compreender os fundamentos científicos, sociais e históricos dos processos produtivos dos quais ele já faz parte.

O trabalho é entendido, nesta perspectiva, como princípio educativo. Isso significa que o processo de ensino deve tomar a atividade humana e o mundo do trabalho como matriz de produção de conhecimentos e de cultura. Kuenzer (2010) corrobora e aprofunda esse entendimento ao sinalizar que, ao tomar o trabalho como princípio educativo, a práxis pedagógica afasta-se do mero adestramento mecânico requerido pelo mercado flexível. Para a autora, o trabalho pedagógico fundamentado nesse princípio atua como um processo de humanização e emancipação, permitindo que o sujeito compreenda a totalidade social. Portanto, a articulação entre as ideias de Frigotto, Ciavatta, Ramos e Kuenzer evidencia que a EPT, quando pautada na indissociabilidade entre trabalho, ciência e cultura, ganha sua máxima expressão no projeto político-pedagógico dos Institutos Federais. O estudante trabalhador dessas instituições não busca apenas uma certificação técnica, mas um espaço onde sua vivência laboral e social seja reconhecida e criticamente superada, transformando o cansaço da jornada diária em combustível para a compreensão intelectual da sua própria realidade.

2.2 O Perfil e os Desafios do Estudante Trabalhador Frente ao Novo Ensino Médio

O perfil do estudante que frequenta a educação profissional, especialmente nas modalidades subsequentes e no turno noturno, é marcado pela condição de trabalhador que assume a chamada "dupla jornada". Trata-se de indivíduos que dedicam a maior parte do dia às exigências do mercado laboral e, posteriormente, direcionam o restante de suas energias físicas e cognitivas aos estudos. Ao analisar essa dinâmica, Kuenzer (1989) adverte que o aluno trabalhador frequentemente chega ao ambiente escolar em estado de exaustão, enfrentando sérias barreiras para acompanhar uma rotina pedagógica rigidamente mental. A autora ressalta que o descompasso entre o que a escola ensina de forma abstrata e as necessidades concretas da vida desse estudante gera um sentimento de desconexão, culminando na perda de sentido do ato de estudar.

Esse cenário de desafios históricos ganha contornos complexos com as recentes transformações jurídicas na educação básica, capitaneadas pela reforma do Ensino Médio (decorrente inicialmente da Lei nº 13.415/17) e posteriormente reformuladas pela Lei nº 14.945/2024, que instituiu a Nova Política Nacional de Ensino Médio. O "Novo Ensino Médio" trouxe repercussões diretas para a EPT ao fragmentar a arquitetura curricular por meio do chamado "Itinerário de Formação Técnica e Profissional". Críticos da reforma inicial apontavam que o modelo corria o risco de precarizar a Formação Geral Básica (FGB) em prol de uma profissionalização rápida e de baixa complexidade tecnológica, esvaziando o sentido emancipatório defendido por Ramos e Frigotto.

Embora a Lei nº 14.945/2024 tenha reestruturado o modelo — recompondo a carga horária mínima da Formação Geral Básica para 2.400 horas e reorganizando os caminhos formativos —, os impactos operacionais e pedagógicos para o estudante trabalhador exigem vigilância crítica. A conciliação de uma matriz curricular que precisa dar conta tanto das competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto dos requisitos técnicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) impõe um teto de carga horária severo. Para o estudante que trabalha, a extensão do tempo de permanência na escola ou a necessidade de cumprir itinerários extensos choca-se diretamente com o limite biológico e social de quem precisa garantir a subsistência antes de se dedicar à teoria. Diante de um modelo educacional que, mesmo reformulado, flerta com a fragmentação do conhecimento, o estudante trabalhador é forçado a calcular constantemente o custo-benefício de sua permanência na instituição.

Logo, a evasão escolar nesse cenário de constantes transições legais deve ser interpretada de forma macroestrutural. Como apontam os debates sobre o tema, a desistência do aluno não decorre de uma limitação cognitiva ou de falta de força de vontade individual. Ela é o resultado de uma incompatibilidade estrutural entre a organização do tempo da escola (reconfigurado pelas reformas educacionais) e a organização do tempo do trabalho na sociedade capitalista periférica. O abandono, portanto, é uma exclusão social consentida e macronivelada, mascarada de escolha pessoal.

2.3 EPT como Instrumento de Inclusão e Permanência nos Institutos Federais

A garantia da inclusão educacional na EPT efetiva-se por meio da democratização real do acesso e, sobretudo, da oferta de uma formação dotada de qualidade socialmente referenciada. No ecossistema da Rede Federal, os Institutos Federais buscam consolidar essa qualidade ao desenhar políticas institucionais voltadas para o atendimento pleno às demandas pedagógicas e econômicas das classes populares. Contudo, o conceito de inclusão educacional precisa ser expandido: a simples garantia da matrícula — viabilizada pelas políticas de cotas sociais e raciais instituídas por lei — cumpre apenas uma etapa formal do direito à educação. A verdadeira inclusão só se consolida quando se articulam estratégias concretas de permanência estudantil e êxito até a conclusão do curso.

Ramos (2008) argumenta que a permanência estudantil está intrinsecamente vinculada à capacidade da organização curricular e da gestão institucional em acolher, dialogar e valorizar a diversidade que adentra a escola. A autora sugere que um currículo rígido e indiferente às assimetrias sociais atua como um mecanismo de exclusão interna. A partir dessa premissa, e considerando as particularidades dos Institutos Federais (cujos cursos frequentemente exigem alta carga horária de práticas profissionais e laboratórios), a permanência do estudante

trabalhador depende da superação das barreiras institucionais por meio de quatro pilares interdependentes:

- Metodologias Ativas e Contextualizadas: O uso de sequências didáticas, laboratórios, estudos de caso e projetos integradores que partam dos problemas reais do mundo do trabalho. Isso otimiza o tempo pedagógico e atribui sentido imediato aos conceitos teóricos estudados, atenuando a fadiga intelectual do trabalhador.
- Currículo Integrado e Flexível: A estruturação de matrizes curriculares que reconheçam e validem os saberes adquiridos na prática laboral prévia do educando, evitando a repetição desnecessária de conteúdos e aproximando a ciência da práxis diária.
- Políticas Robustas de Assistência Estudantil: A implementação e ampliação de auxílios financeiros estruturados por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como auxílio-transporte, alimentação e bolsas de incentivo acadêmico. Esses recursos não são benesses, mas garantias materiais de sobrevivência que mitigam o impacto da vulnerabilidade econômica na decisão de evadir.
- Flexibilidade da Organização Escolar: A oferta de regimes de matrícula compatíveis com a realidade do aluno, turnos adequados (com forte atuação no período noturno para cursos subsequentes e PROEJA) e dinâmicas de reposição que respeitem as oscilações e imprevistos comuns das jornadas laborais.

Em suma, a Educação Profissional e Tecnológica cumpre sua função social quando deixa de ser um filtro seletivo e assume o papel de mediação emancipatória dentro dos Institutos Federais. Ao alinhar a defesa da permanência à lógica da inclusão radical, e ao digerir criticamente as imposições das reformas do Ensino Médio, as instâncias pedagógicas da Rede Federal não apenas capacitam tecnicamente para o mercado, mas atuam como um vetor de transformação estrutural, convertendo o estudante trabalhador em sujeito de direitos e cidadão pleno.

3. METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com o objetivo de compreender, a partir da literatura científica e dos documentos normativos, os fatores relacionados à evasão e à permanência escolar na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerando as especificidades do estudante trabalhador. A abordagem qualitativa mostra-se adequada por possibilitar uma análise interpretativa e contextualizada do fenômeno investigado, considerando sua complexidade social, educacional e institucional. O caráter exploratório, por sua vez, justifica-se pela necessidade de ampliar a compreensão acerca da relação entre Educação Profissional e Tecnológica, permanência escolar, inclusão e evasão, permitindo identificar diferentes perspectivas teóricas e institucionais presentes na produção acadêmica e nos marcos normativos da área.

Quanto aos procedimentos técnicos, a investigação caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida mediante levantamento, seleção, leitura e análise de livros, artigos científicos, teses, dissertações e demais produções acadêmicas relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica, à evasão escolar, à permanência estudantil, à inclusão educacional e às condições do estudante trabalhador. A pesquisa documental, por sua vez, foi realizada a partir da análise de documentos oficiais e normativos relacionados à educação profissional e às políticas educacionais brasileiras, incluindo leis, decretos, diretrizes curriculares, planos nacionais de educação e demais documentos institucionais pertinentes à temática.

A seleção das fontes bibliográficas considerou como critérios de inclusão a pertinência temática, a relevância acadêmica e a contribuição para a compreensão do objeto de estudo. Foram priorizadas produções que abordassem, de forma direta ou articulada, as seguintes categorias: Educação Profissional e Tecnológica, evasão escolar, permanência estudantil, inclusão educacional e estudante trabalhador. Também foram consideradas obras de autores de referência na área da educação, da educação profissional e das políticas educacionais. Foram excluídos materiais que não apresentassem relação direta com o objeto da pesquisa ou que não contribuíssem para responder aos objetivos propostos.

Em relação às fontes documentais, foram considerados como critérios de seleção a pertinência ao objeto investigado, a abrangência nacional e a relevância normativa e institucional. Foram analisados marcos legais e documentos oficiais que orientam a organização e a oferta da Educação Profissional e Tecnológica no território brasileiro, bem como aqueles

que estabelecem diretrizes e políticas relacionadas à inclusão, à permanência e ao enfrentamento da evasão escolar.

O período de análise compreendeu os meses de fevereiro a junho de 2026, intervalo destinado ao levantamento, à seleção, à leitura, à sistematização e ao fichamento das fontes. Foram priorizadas produções acadêmicas publicadas, predominantemente, na última década, sem excluir obras clássicas ou documentos anteriores considerados fundamentais para a compreensão histórica e conceitual da temática. Essa delimitação possibilitou articular referenciais consolidados com discussões mais recentes sobre a Educação Profissional e Tecnológica e os desafios relacionados à permanência dos estudantes.

Os dados obtidos a partir das fontes bibliográficas e documentais foram organizados e interpretados por meio da Análise de Conteúdo, considerando categorias temáticas previamente relacionadas aos objetivos da pesquisa e outras que emergiram durante o processo de leitura e análise. O procedimento envolveu a leitura sistemática das fontes, a identificação de unidades de sentido, a organização das informações em categorias e a interpretação dos conteúdos recorrentes e divergentes encontrados na literatura e nos documentos analisados.

A análise concentrou-se, especialmente, nas relações entre Educação Profissional e Tecnológica, inclusão escolar, permanência estudantil, evasão e condições do estudante trabalhador. Dessa forma, não se pretendeu investigar diretamente a percepção ou a experiência individual dos estudantes, uma vez que a pesquisa não contemplou procedimentos de campo, como entrevistas, questionários ou observação. As percepções, experiências e condições dos estudantes foram consideradas apenas na medida em que foram abordadas e problematizadas pelas produções acadêmicas e pelos documentos selecionados.

Assim, a pesquisa busca compreender, por meio da análise crítica da produção científica e dos documentos oficiais, de que maneira a Educação Profissional e Tecnológica tem sido concebida como possibilidade de articulação entre formação escolar, qualificação profissional, inclusão e permanência estudantil, bem como identificar os principais fatores apontados pela literatura como relacionados à evasão dos estudantes trabalhadores. A opção metodológica permite, portanto, construir uma interpretação fundamentada sobre o fenômeno investigado, sem atribuir à pesquisa resultados empíricos que dependeriam da realização de investigação direta com os sujeitos envolvidos.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) consolidou-se, historicamente, como um campo de intensas disputas conceituais e políticas, fundadas na dualidade estrutural que historicamente separa o trabalho manual do trabalho intelectual. Diante desse panorama, a permanência do estudante trabalhador emerge não como uma variável estatística isolada ou um subproduto da assiduidade escolar, mas sim como um constructo socioeducacional complexo. Esse fenômeno é determinado por eixos pedagógicos, materiais e institucionais intrinsecamente interligados. A análise dos referenciais teóricos contemporâneos permite compreender que a EPT, quando estruturada de forma omnilateral, transcende a mera transmissão de conteúdos técnicos ou a mera instrumentalização para o mercado de trabalho. Ela se configura como um ambiente projetado para acolher, tensionar e potencializar o desenvolvimento daqueles que conciliam as jornadas laboral e acadêmica.

Do meu ponto de vista, enquanto pesquisadora e gestora em formação, os dados da literatura demonstram que a permanência escolar não é um evento fortuito ou uma responsabilidade estritamente individual do discente. Trata-se, fundamentalmente, do resultado de um conjunto sinérgico de políticas públicas, práticas pedagógicas contra-hegemônicas e posturas institucionais que validam a diversidade do educando. Investigar criticamente esses fatores é indispensável para superar a visão puramente mercadológica da educação e construir um modelo pedagógico comprometido com a justiça social e com a eficácia formativa. Nesse sentido, os achados e as discussões teóricas desta pesquisa foram organizados e aprofundados nos quatro eixos analíticos estruturados a seguir.

1. A Integração Curricular Curativa: A Relação Teoria-Prática Além da Instrumentalização Técnico-Mercadológica

O principal diferencial da EPT reside na desconstrução da fragmentação do saber técnico e propedêutico. Conforme amplamente defendido por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a formação integrada busca romper com a falsa separação entre a educação geral e a profissional, impactando diretamente os índices de motivação e retenção. No entanto, é preciso analisar criticamente que essa relação entre teoria e prática frequentemente sofre pressões de uma perspectiva puramente pragmática e mercadológica. Quando a prática é reduzida ao adestramento de competências imediatas demandadas pelas empresas, esvazia-se o sentido

ontológico do trabalho como princípio educativo, conceito central na produção de Dermeval Saviani.

O aluno trabalhador encontra na práxis pedagógica da EPT uma aplicação direta para o seu cotidiano laboral. Essa correlação impede que ele perceba o conhecimento escolar como uma abstração alienada ou alheia à sua realidade material. Pelo contrário, o saber passa a ser compreendido como uma ferramenta emancipatória essencial para aprimorar seu desempenho profissional e expandir sua visão de mundo. Essa percepção altera substancialmente a subjetividade do estudante, mitigando o sentimento de inadequação ou a ideia de que o estudo formal carece de utilidade prática — fatores recorrentemente apontados pela literatura como gatilhos primários para a evasão escolar no turno noturno.

Ao confrontar as abordagens teóricas, observa-se que, enquanto as pedagogias tecnicistas visualizam a integração teoria-prática como um vetor de eficiência produtiva, a vertente crítica da EPT a defende como um mecanismo de emancipação intelectual. O diálogo entre a literatura especializada e a prática educacional revela que a motivação do estudante trabalhador duplica quando ele se percebe como sujeito histórico do conhecimento, e não apenas como um executor de tarefas automatizadas. Portanto, a integração curricular atua como um fator curativo contra a alienação escolar, sustentando a permanência a partir do momento em que o currículo passa a fazer sentido existencial e material para o educando.

2. A Materialidade da Permanência: Infraestrutura, Financiamento Institucional e as Políticas de Assistência Estudantil

A permanência e o êxito escolar não dependem exclusivamente de inovações metodológicas ou do engajamento subjetivo dos sujeitos envolvidos; subordinam-se, fundamentalmente, às condições materiais concretas garantidas ao educando. As instituições que investem em infraestrutura física e de pesquisa robusta — tais como bibliotecas atualizadas, laboratórios de ponta e ambientes de convivência — oferecem uma base física que legitima o espaço escolar. Todavia, a literatura demonstra uma assimetria: o acesso a laboratórios equipados perde sua eficácia retentiva se o estudante não possuir condições financeiras mínimas para frequentar a instituição. É nesse ponto que as políticas de assistência estudantil se revelam determinantes para a equidade.

Para o estudante de baixa renda que exerce atividade remunerada, o recebimento de auxílios-transporte, bolsas de permanência e alimentação adequada transcende a noção de mero benefício ou assistencialismo. Esses aportes financeiros configuram-se como requisitos materiais de sobrevivência que viabilizam o deslocamento diário e a manutenção dos estudos.

Quando o Estado falha na garantia orçamentária contínua dessas políticas, força o estudante a uma escolha excludente entre a subsistência imediata e a qualificação de longo prazo, culminando inevitavelmente no abandono do curso.

Ao analisar a literatura sobre financiamento da educação, constata-se uma tensão constante entre as diretrizes de austeridade econômica e o princípio constitucional da educação como direito social de todos. Autores que discutem a sociologia da educação, como Miguel Arroyo, reiteram que os corpos que habitam a educação de jovens e adultos e o ensino técnico noturno são marcados por vulnerabilidades de classe, raça e gênero. Portanto, a infraestrutura e a assistência material operam como a espinha dorsal de qualquer programa de combate à evasão. Sem o suporte financeiro e estrutural do Estado, o discurso da democratização do acesso à EPT converte-se em uma retórica vazia, que transfere a culpa do fracasso institucional para o próprio estudante trabalhador.

3. A Dimensão Político-Pedagógica da Acolhida: Gestão Democrática e a Práxis Docente Frente à Singularidade do Educando

A configuração da gestão educacional e a postura ético-política do corpo docente constituem eixos vitais na mediação da permanência. Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta apontam que a gestão de uma escola de EPT não pode ser pautada por modelos gerenciais empresariais. Ela deve fundamentar-se em princípios democráticos e participativos. Complementarmente, Acácia Kuenzer (2010) adverte para a urgência de a instituição de ensino compreender e respeitar a especificidade identitária do aluno trabalhador. Este sujeito traz consigo uma bagagem cognitiva e cultural moldada pelas relações de produção, que não pode ser ignorada ou subestimada pelo ambiente escolar.

As escolas que desenvolvem sensibilidade organizacional para acolher as demandas específicas do turno noturno — flexibilizando cronogramas de avaliações, prazos de entrega e horários de atendimento — criam um ecossistema institucional psicologicamente seguro e inclusivo. A práxis docente atua diretamente nesse cenário. Quando o professor assume uma postura dialógica, superando a "educação bancária" criticada por Paulo Freire, e valida a experiência laboratorial prévia do discente como um saber científico em potencial, ele promove o pertencimento.

A análise crítica da literatura evidencia que o sentimento de exclusão frequentemente experimentado pelo estudante trabalhador decorre de uma cultura escolar inflexível, que projeta um modelo de "aluno ideal" (com tempo integral dedicado aos estudos) radicalmente distante do "aluno real". Quando a gestão e o corpo docente alinham-se para construir uma pedagogia

da acolhida, o estudante desenvolve um forte vínculo afetivo e institucional. Esse reconhecimento de sua condição dupla de trabalhador e cidadão funciona como um escudo psicossocial, tornando-o significativamente menos propenso a evadir, mesmo diante de severas adversidades socioeconômicas.

4. Contradições Estruturais e Limites Legais: Os Desafios Permanentes para a Consolidação da EPT Emancipatória

Apesar dos indiscutíveis avanços normativos, como as metas fixadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, persistem severas contradições estruturais que limitam a eficácia das políticas de permanência. O principal desafio reside na crônica insuficiência de vagas qualificadas voltadas especificamente para o turno noturno. Essa escassez restringe drasticamente o acesso da classe trabalhadora aos níveis mais elevados de formação técnica e tecnológica, empurrando-a para cursos de formação aligeirada e de baixa densidade teórica na iniciativa privada.

Outro gargalo estrutural evidenciado pelo debate acadêmico é a carência de políticas perenes de formação continuada de professores para a EPT. Grande parte do corpo docente dessa modalidade é composta por bacharéis e especialistas das áreas tecnológicas que possuem sólida formação técnica, mas que carecem de mediação didático-pedagógica específica para lidar com a complexidade psicossocial do estudante trabalhador. Sem essa preparação, as salas de aula correm o risco de reproduzir posturas punitivas e metodologias descontextualizadas, que acentuam os processos de exclusão interna.

Compreende-se, por conseguinte, que a superação definitiva da evasão na EPT exige a superação de ações governamentais fragmentadas ou sazonais. Há a necessidade imperiosa de consolidação de políticas públicas de Estado, dotadas de dotação orçamentária impositiva e protegidas de contingenciamentos econômicos. Trata-se de conceber o estudante trabalhador não sob a ótica da carência ou como um problema crônico de gestão, mas como um sujeito de direitos inalienáveis. A consolidação de uma EPT justa demanda uma educação pública, gratuita, inclusiva e dotada de uma qualidade socialmente referenciada, capaz de emancipar o ser humano em sua totalidade multidimensional.

A análise da permanência do estudante trabalhador na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) exige o tensionamento das diferentes matrizes conceituais que sustentam a literatura crítica brasileira. Ao cruzar as formulações de Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto e Acácia Kuenzer, emergem nuances fundamentais sobre como a dualidade estrutural da

educação se manifesta e como as instituições podem intervir para garantir o êxito desse educando.

No tocante ao conceito central de educação e ao foco curricular, Dermeval Saviani, por meio da Pedagogia Histórico-Crítica, defende o trabalho como princípio educativo voltado para a socialização do saber sistematizado e da cultura erudita. Para ele, o currículo deve priorizar os fundamentos científicos e tecnológicos universais que movem a produção moderna. Em contrapartida, Gaudêncio Frigotto adota a perspectiva da omnilateralidade, propondo a Formação Humana Integral e a superação histórica da dualidade entre trabalho manual e intelectual. Seu foco curricular materializa-se no Ensino Médio Integrado, concebendo ciência, cultura, trabalho e tecnologia como um bloco indissociável. Já Acácia Kuenzer, fundamentada na Sociologia do Trabalho, centra sua análise na relação dialética entre trabalho e educação sob o impacto da reestruturação produtiva global, enfatizando a necessidade de uma leitura desmistificadora sobre as competências e a flexibilização exigidas pelo regime de acumulação flexível do capital.

Essas distinções refletem-se diretamente na forma como cada autor enxerga o estudante trabalhador e o papel da prática pedagógica. Saviani concebe o estudante como um sujeito que carece do domínio dos conhecimentos historicamente acumulados para superar a alienação imposta pelo sistema; a prática, nesse sentido, representa o ponto de partida e de chegada da catarse pedagógica que leva à compreensão teórica da realidade material. Frigotto, por sua vez, posiciona o aluno como um sujeito histórico e de direitos, cuja omnilateralidade — ou seja, seu pleno desenvolvimento biopsicossocial — é constantemente negada pelo capitalismo; para ele, teoria e prática devem fundir-se para cindir a divisão social do trabalho. Kuenzer adota uma postura mais ligada às urgências do cotidiano e aponta o estudante como vítima de um processo de "exclusão inclusiva" — no qual o trabalhador ingressa no sistema de ensino, mas recebe uma formação fragmentada e aligeirada. Ela alerta criticamente que a dimensão prática nas escolas frequentemente mimetiza a subserviência e o pragmatismo operacional demandados pelas fábricas.

Por fim, os autores direcionam suas críticas a alvos distintos e, consequentemente, oferecem soluções plurais para o desafio da permanência escolar. O principal alvo da crítica de Saviani é o esvaziamento de conteúdos científicos promovido pelas vertentes do "aprender a aprender", como a Escola Nova e o Tecnicismo; sua solução para fixar o aluno reside no rigor teórico que torna a escola cientificamente atraente e emancipadora. Frigotto combate vigorosamente a subordinação do currículo e das redes públicas de EPT aos interesses de mercado, sustentando que a permanência depende de políticas públicas de Estado estáveis e de um financiamento

robusto para a assistência estudantil. Kuenzer, por fim, denuncia o falso discurso da empregabilidade e a severa precarização do ensino noturno, defendendo que a retenção do discente exige uma flexibilização institucional radical que respeite a "pedagogia da pressa" e a escassez real de tempo do trabalhador

Com base nas contribuições teóricas de Saviani, Frigotto e Kuenzer discutidas anteriormente, elaborei uma lista de diretrizes práticas de gestão escolar. Estas ações são voltadas especialmente para a permanência e o êxito do estudante trabalhador, sobretudo no turno noturno.

Organização Tempos-Espaços e Flexibilização Coletiva (Foco em Kuenzer)

- **Flexibilização de Horários de Entrada e Tolerância:** Regularizar uma margem de tolerância de atraso institucional sem prejuízo pedagógico, reconhecendo os atrasos decorrentes do trânsito e da jornada laboral.
- **Calendário Avaliativo Unificado:** Centralizar o agendamento de provas e entregas de trabalhos em uma planilha compartilhada pela coordenação, proibindo o acúmulo de mais de uma avaliação calóricas ou teóricas complexas no mesmo dia.
- **Regime de Atividades Domiciliares Ágil:** Desburocratizar o acesso aos exercícios de compensação de ausência para estudantes que viajam a trabalho ou possuem plantões alternados.

Subsistência Material e Assistência Estudantil Ampla (Foco em Frigotto)

- **Jantares e Lanches no Turno Noturno:** Garantir o funcionamento integral do refeitório institucional à noite, servindo refeições completas antes do início das aulas para discentes que saem direto do emprego.
- **Editais de Auxílio Proporcionais e Emergenciais:** Criar linhas de custeio específicas de transporte e permanência para o turno da noite, prevendo concessão rápida em caso de desemprego involuntário do estudante.
- **Infraestrutura com Horário Estendido:** Manter bibliotecas, laboratórios de informática e secretarias abertos por pelo menos 30 minutos após o término das aulas noturnas.

Qualidade Social do Ensino e Combate ao Esvaziamento Científico (Foco em Saviani)

- **Nivelamento de Pré-requisitos Pedagógicos:** Ofertar oficinas e cursos curtos de revisão em matemática básica, leitura e escrita científica no início do semestre para reduzir o impacto do tempo longe dos estudos.
- **Integração Curricular Práxis-Trabalho:** Orientar os docentes a utilizarem os problemas reais do cotidiano de trabalho dos estudantes como ponto de partida para o ensino de teorias científicas e tecnológicas fundamentais.

- **Acervo de Pesquisa Digital:** Assinar bibliotecas virtuais para que o aluno trabalhador consulte livros e artigos técnicos via celular durante os intervalos do trabalho, sem depender apenas do acervo físico.

Formação Continuada e Acolhimento Gestor (Foco Interinstitucional)

- **Formação Docente para a Realidade Noturna:** Promover seminários de capacitação para professores abordando a fadiga física e cognitiva do trabalhador, combatendo práticas punitivas ou metodologias infantilizadas.
- **Aproveitamento de Experiências Profissionais:** Normatizar processos céleres de certificação de competências para validar o saber que o aluno já adquiriu no mercado, reduzindo sua carga horária de disciplinas repetitivas.
- **Canal de Escuta e Gestão Democrática:** Instituir comissões de representação estudantil com assento nos conselhos escolares compostas especificamente por alunos do turno noturno.

5. Conclusão

Diante do exposto, constata-se que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) configura-se como um mecanismo político e pedagógico essencial não apenas para a qualificação técnica, mas, sobretudo, como uma poderosa estratégia de inclusão social e de garantia da permanência escolar dos estudantes trabalhadores. A análise realizada permitiu compreender que a realidade do aluno que concilia estudo e atividade remunerada é permeada por desafios estruturais agudos, tais como a dupla jornada, a escassez de tempo e o esgotamento físico e mental. Esses fatores, conforme mapeado na literatura especializada, atuam como gatilhos históricos para a evasão quando a instituição de ensino adota posturas inflexíveis e um modelo curricular que não dialoga com a materialidade de suas vidas.

O presente estudo respondeu ao problema de pesquisa ao demonstrar que a EPT possui a capacidade intrínseca de reverter esses índices de abandono a partir do momento em que rompe com a lógica do ensino abstrato, fragmentado e descontextualizado. Ao promover a indissociabilidade entre teoria e prática e ao valorizar a experiência prévia do educando, esta modalidade de ensino transmuta o aprendizado em uma práxis significativa, diretamente alinhada com o mundo do trabalho. Essa dinâmica fundamenta-se nas lições de Frigotto (2007), para quem a educação profissional não deve ser reduzida a um apêndice instrumental do sistema educacional, mas sim consolidada como uma formação unitária que integra cultura, ciência e trabalho. Sob essa ótica crítica, o aluno encontra na articulação curricular o nexo existencial necessário para manter-se motivado, percebendo o conhecimento científico como ferramenta de leitura do mundo e de emancipação.

Dessa forma, os objetivos propostos neste trabalho foram plenamente alcançados. A pesquisa logrou êxito em identificar e discutir criticamente os eixos estruturantes da permanência — pedagógico, assistencial, gestor e estrutural —, comprovando que a inclusão escolar efetiva vai muito além do simples direito de acesso regulamentar. Conforme as formulações de Kuenzer (2002) sobre a educação para o trabalho como vetor de cidadania e redução das desigualdades, conclui-se que o êxito do estudante trabalhador se consolida na articulação indissociável entre políticas perenes de assistência estudantil (alimentação, transporte e bolsas), investimentos em infraestrutura física e uma gestão pedagógica sensível e democrática, capaz de acolher e validar a diversidade do público noturno.

A principal contribuição deste estudo reside no mapeamento integrado e na síntese analítica das diretrizes de gestão que transformam o referencial teórico em ferramentas práticas aplicáveis por gestores e docentes da rede de EPT. Este trabalho oferece um arcabouço metodológico-conceitual que preenche lacunas na literatura ao propor soluções administrativas

específicas para o turno da noite, demonstrando que investir na permanência do trabalhador é investir em equidade e justiça social. Reafirma-se, assim, a centralidade da EPT na garantia de que jovens e adultos historicamente marginalizados tenham seus direitos preservados, transmutando a escola técnica de um espaço de reprodução de desigualdades em um ambiente de acolhimento, desenvolvimento omnilateral e mobilidade social.

Limitações e Sugestões para Pesquisas Futuras

Reconhece-se como limitação metodológica do presente estudo o fato de a pesquisa ter se restringido a uma abordagem puramente bibliográfica e documental. Embora esse enfoque tenha fornecido uma base teórica e normativa sólida, sua natureza teórica não permitiu captar na totalidade as nuances fenomênicas, as contradições miúdas e as particularidades da vivência diária dos sujeitos no chão da escola.

Sugere-se, portanto, que pesquisas futuras avancem na direção de metodologias empíricas e de campo, de caráter qualitativo ou quantitativo, tais como estudos de caso, entrevistas semiestruturadas ou aplicação de questionários diagnósticos. Ocupar o espaço escolar para ouvir diretamente a voz de discentes, docentes e gestores locais possibilitará identificar as práticas exitosas já em curso, bem como os desafios específicos de cada realidade institucional. Esse aprofundamento empírico é indispensável para enriquecer a produção científica na área e para orientar políticas públicas cada vez mais aderentes à realidade concreta do país.

Por fim, este estudo reafirma a convicção teórico-política de que uma educação verdadeiramente inclusiva é aquela que se recusa a ignorar o tempo, o trabalho e a história de vida de cada aluno. A permanência e o êxito do estudante trabalhador na EPT constituem a chave para a consolidação de um projeto de sociedade que assume a educação não como mercadoria ou adestramento, mas como direito social inalienável e instrumento transformador da realidade econômica e social do país.

Plano de Ação

Título da Proposta

Educação que Acolhe e Permanece: Estratégias de Suporte e Valorização do Estudante Trabalhador

1. Apresentação

Este plano de ação surge como desdobramento dos resultados da pesquisa, que evidenciou que a evasão escolar entre os estudantes trabalhadores ocorre, principalmente, devido à incompatibilidade entre a rotina de trabalho e estudo, à falta de motivação com conteúdos descontextualizados e à falta de suporte estrutural.

Nesse sentido, Aranha (2005) destaca que a escola deve ser um espaço de inclusão, capaz de reconhecer as diferenças e adaptar-se às necessidades dos alunos, não o contrário. Além disso, Freire (1996) já alertava que "não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino", reforçando a necessidade de práticas que dialoguem com a realidade vivida pelo educando, que neste caso é também um trabalhador.

A proposta visa apresentar medidas práticas que podem ser adotadas pela gestão escolar e pelos docentes para tornar a escola um espaço mais inclusivo e acolhedor, garantindo a permanência e o sucesso acadêmico.

2. Objetivo Geral

Implementar ações pedagógicas e de gestão que visem reduzir a evasão e fortalecer a permanência do estudante trabalhador, valorizando sua realidade e promovendo uma formação significativa.

"A educação deve visar à promoção integral da pessoa humana e ao respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais." (DELVAL, 2002, p. 45)

3. Objetivos Específicos

- Flexibilizar a organização do tempo e do espaço escolar para adequar-se à jornada de trabalho do aluno.
- Contextualizar os conteúdos curriculares relacionando-os com a experiência profissional e cotidiana do estudante.
- Criar mecanismos de acolhimento emocional e social para reduzir a desmotivação e o sentimento de isolamento.
- Estabelecer canais de comunicação eficazes entre escola, família e trabalho

3. Eixos de Ação e Atividades

O plano está dividido em três eixos principais: Pedagógico, Estrutural e Relacional.

Eixo	Meta	Ações / Estratégias	Fundamentação / Citação	Responsáveis	Prazo
1. Gestão e Flexibilidade	Adequar horários e critérios de frequência/avaliação	- Oferecer turnos alternativos ou horários flexíveis. - Adotar critérios de frequência e avaliação que considerem faltas por motivo de trabalho. - Disponibilizar material didático digital.	Frigotto (2010) ressalta que a relação educação-trabalho exige do poder público e da escola ações que minimizem os conflitos entre essas duas esferas da vida do cidadão.	Gestão Escolar	Imediato
2. Prática	Tornar o ensino	- Relacionar teoria	Segundo	Professores	Semest

Eixo	Meta	Ações / Estratégias	Fundamenta ção / Citação	Responsáv eis	Prazo
Pedagógi ca	mais relevante e contextualizado	com a realidade profissional. - Valorizar os saberes adquiridos no trabalho. - Utilizar metodologias ativas.	Gadotti (2003), uma educação que não se liga à prática social e ao mundo do trabalho corre o risco de ser abstrata e desinteressa nte.	s	ral
3. Acolhime nto e Suporte	Reduzir a evasão por desmotivação ou falta de apoio	- Criar programa de mentoria/acompanha mento. - Realizar rodas de conversa. - Oferecer suporte psicopedagógico.	Brandão (2007) defende que o saber escolar se constrói também no vínculo afetivo e no reconhecime nto do outro como sujeito de direitos.	Orientador es	Contín uo
4. Integraçã o Comunid ade	Fortalecer o vínculo escola- trabalho-família	- Valorizar a profissão dos alunos. - Parcerias com empregadores. - Comunicação	Para Libâneo (2004), a gestão democrática	Direção	Anual

Eixo	Meta	Ações / Estratégias	Fundamenta ção / Citação	Responsáv eis	Prazo
		acessível.	implica a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, incluindo o setor produtivo.		

Cronograma de Execução

Ações / Atividades	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
Sensibilização da equipe escolar	X					
Reestruturação de horários e critérios	X	X				
Formação continuada dos professores		X				
Implementação das metodologias ativas			X	X	X	X
Criação dos programas de acolhimento/mentoria	X	X				
Estabelecimento de parcerias				X	X	
Monitoramento e avaliação contínua			X	X	X	X
Eventos de valorização e socialização					X	X

Legenda: X = Período de realização da atividade.

5. Recursos Necessários

- Materiais pedagógicos diversificados.
- Espaços adequados para estudo e atendimento.

- Parcerias externas.
- Capacitação para os educadores.

6. Monitoramento e Avaliação

- Reuniões mensais de acompanhamento.
- Análise trimestral de frequência e evasão.

Indicadores de Sucesso

Para verificar se os objetivos estão sendo alcançados, serão observados os seguintes indicadores:

Quantitativos

- Redução da taxa de evasão escolar comparada aos anos anteriores.
- Aumento na frequência mensal dos estudantes trabalhadores.
- Melhoria no rendimento acadêmico (notas e conceitos).
- Número de estudantes atendidos pelos programas de apoio.

Qualitativos

- Maior participação e engajamento nas aulas e atividades propostas.
- Satisfação dos alunos evidenciada em pesquisas e rodas de conversa.
- Valorização da própria trajetória e reconhecimento da importância dos estudos.
- Fortalecimento da relação entre escola, família e empregadores
- Pesquisas de satisfação com os alunos.
- Relatório anual de resultados.

6. Considerações Finais

O presente plano de ação evidencia que a garantia da permanência e do êxito escolar não se configura como uma atribuição isolada de um único profissional, mas, sobretudo, como um compromisso ético e político que deve permear toda a comunidade educacional. Nesse sentido, a instituição de ensino deve atuar como um organismo coeso, no qual as ações pedagógicas, administrativas e de assistência estudantil convergem para um objetivo comum: a permanência qualificada do aluno.

Ao adotar práticas pedagógicas que respeitam o tempo, o trabalho e a dignidade do educando, reconhece-se o estudante como sujeito histórico e de direitos, rompendo com a lógica da evasão e do fracasso escolar. Conforme destaca Frigoto (2010), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), quando pensada em sua dimensão pública e gratuita, possui um papel intrinsecamente transformador, capaz de intervir na realidade social.

Desse modo, ao promover um ambiente acolhedor e inclusivo, a EPT cumpre sua função social, consolidando-se não apenas como espaço de formação para o trabalho, mas como um verdadeiro instrumento de equidade e inclusão social, possibilitando aos indivíduos o acesso ao conhecimento e a melhores condições de vida.

5. Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. ***Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica***. Brasília, DF: MEC, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). *Educação e trabalho: catálogo de políticas e concepções*. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. *Ensino médio técnico: integração é outra coisa*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Educação profissional e tecnológica: no contexto da reestruturação produtiva*. In: MACHADO, Lucília Regina de Souza (org.). *Educação profissional e tecnológica: impasses e perspectivas*. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2010. p. 15-34.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1989.

RAMOS, Marise Nogueira. *Concepção do ensino médio integrado*. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 2008.

SAVIANI, Dermeval. *Educação brasileira: estrutura e regime*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Campinas: Autores Associados, 2012.